

## A FARDA E O COTIDIANO: NARRATIVAS DE SOFRIMENTO, SILENCIAMENTO E PERCEPÇÃO DE VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL NA POLÍCIA MILITAR

THE UNIFORM AND DAILY LIFE: NARRATIVES OF  
SUFFERING, SILENCING, AND THE PERCEPTION OF  
INSTITUTIONAL APPRECIATION IN THE MILITARY POLICE

**Diego Alexandre Martins de Melo**

Mestrando em Gestão Pública - UFT

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5867101189302595>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8945-4628>

E-mail: [diegomelo@outlook.com](mailto:diegomelo@outlook.com)

**Darlene Teixeira Castro**

Pós-Doutorado em Redes Sociais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8766578585291045>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1867-3804>

E-mail: [darlenetx@gmail.com](mailto:darlenetx@gmail.com)

**Waldecy Rodrigues**

Pós-Doutorado em Economia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4330949239387871>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5584-6586>

E-mail: [waldecy@terra.com.br](mailto:waldecy@terra.com.br)

**Wélere Gomes Barbosa**

Pós-Doutorado em Geografia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8882918149634999>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8220-7421>

E-mail: [welere@gmail.com](mailto:welere@gmail.com)

**Resumo:** O aumento da letalidade autoprovocada entre policiais militares, que superou os riscos operacionais tradicionais, fundamentou a investigação sobre as dimensões subjetivas do adoecimento na corporação. O estudo objetivou interpretar criticamente os discursos dos agentes, relacionando a cultura organizacional e a gestão de pessoal ao sofrimento psíquico. Adotou-se delineamento metodológico exploratório-descritivo de abordagem mista, utilizando questionário estruturado como dispositivo de escuta junto a uma amostra de 250 policiais militares da ativa do Estado do Tocantins. Os resultados evidenciaram uma dissonância entre a baixa taxa de diagnósticos formais e a elevada prevalência de sofrimento percebido, caracterizado por narrativas de injustiça, humilhação e ressentimento institucional associados à estagnação na carreira e à falta de reconhecimento. Identificou-se que a atividade física e o lazer constituíram os únicos fatores estatisticamente significativos para a proteção da saúde mental. Concluiu-se que o risco de suicídio na instituição transcendeu a patologia individual, situando-se na psicodinâmica do trabalho.

**Palavras-chave:** Polícia Militar. Sofrimento psíquico. Suicídio. Psicodinâmica do trabalho. Gestão de pessoas.

**Abstract:** *The increase in self-inflicted deaths among military police officers, which surpassed traditional operational risks, formed the basis for an investigation into the subjective dimensions of illness within the force. The study aimed to critically interpret the officers' discourses, relating organizational culture and personnel management to psychological distress. An exploratory-descriptive methodological design with a mixed-methods approach was adopted, using a structured questionnaire as a listening tool with a sample of 250 active-duty military police officers from the state of Tocantins. The results revealed a dissonance between the low rate of formal diagnoses and the high prevalence of perceived suffering, characterized by narratives of injustice, humiliation, and institutional resentment associated with career stagnation and lack of recognition. Physical activity and leisure were identified as the only statistically significant factors for protecting mental health. It was concluded that the risk of suicide within the institution transcended individual pathology, situated within the psychodynamics of work.*

**Keywords:** *Military Police. Psychological distress. Suicide. Psychodynamics of work. Human resource management.*

## Introdução

A atuação da Polícia Militar no Brasil é historicamente estruturada sobre pilares de rigidez hierárquica e disciplina, inseridos em contextos sociais marcados por conflitos e pela demanda constante de controle da ordem pública. Conforme apontam Souza e Minayo (2005), o exercício dessa função técnica e repressiva não é neutro: ele é atravessado por contingências culturais, institucionais e políticas que exigem ao agente de segurança um papel normativo na regulação social. Nesse cenário, a figura do policial é frequentemente despersonalizada: Balestreri (2003) associa a função policial à autoridade, na qual o sujeito deve garantir normas de conduta, muitas vezes sacrificando sua própria individualidade em prol da imagem institucional.

A farda, nesse contexto, transcende a função de vestimenta e converte-se em um marcador permanente de identidade, vinculado a expectativas de imparcialidade, força e vigilância constante (Couto, 2016; Cavalcante, 2021). Essa sobreposição entre o sujeito e a função gera um estado de disponibilidade ininterrupta, ou o que Gonzáles et al. (2006) denomina “Estado de Alerta Permanente”. Samico (2018) observa que, por trás da farda, existe um indivíduo cuja existência civil e social é frequentemente eclipsada pela identidade funcional coletiva, criando um ambiente propício ao silenciamento das vulnerabilidades humanas.

Estudos sobre saúde ocupacional policial indicam que fatores relacionados ao estilo de vida e às condições institucionais interferem diretamente na percepção de qualidade de vida desses profissionais, reforçando a necessidade de abordagens integradas de promoção de saúde no contexto da segurança pública (Silveira; Saint Martin; Porto, 2019).

Quando essa dinâmica simbólica se articula a estruturas institucionais rigidamente hierarquizadas e a condições laborais adversas, seus efeitos extrapolam o campo subjetivo e passam a se expressar de forma mensurável nos indicadores de adoecimento e mortalidade da corporação. A gravidade do cenário atual da segurança pública é atestada pelos indicadores do 18º Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), que revelam uma inversão crítica na letalidade policial em 2023: foram registrados 110 casos de suicídio entre policiais militares da ativa no país, número superior às 46 mortes decorrentes de confrontos em serviço.

Essa tendência de crescimento da letalidade autoprovocada, que apresentou uma elevação de 26,2% em relação ao ano anterior, sinaliza que o autoextermínio se consolidou como uma das principais causas de morte nas corporações, superando os riscos operacionais tradicionais (Salgado, 2025; 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Esse fenômeno não ocorre de forma isolada, mas é alimentado por um cotidiano marcado pelo estresse organizacional crônico, jornadas exaustivas e intensa pressão por produtividade, fatores que, conforme analisa Cordeiro (2013), deterioram a capacidade de tomada de decisão e a saúde mental dos agentes.

A subnotificação de dados e o tabu em torno do suicídio dificultam a formulação de políticas públicas eficazes, perpetuando um ciclo em que a própria instituição policial pode atuar como vetor de adoecimento (Rupp, 2024; Bitar e Acayaba, 2024). Essa invisibilidade é reforçada pela exclusão frequente dos dados de suicídio nos balanços oficiais de criminalidade e pela perpetuação da cultura do “policial-herói” (Bitar e Acayaba, 2024), que estigmatiza o sofrimento psíquico e impede o reconhecimento da vulnerabilidade humana existente por trás da farda (Cappelli, 2024).

Dessa forma, a realização deste estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão das dimensões subjetivas associadas aos indicadores apresentados. Ao explorar narrativas de sofrimento, silenciamento e percepções de injustiça institucional, a pesquisa busca ir além de uma leitura estritamente numérica desses dados, contribuindo assim para uma interpretação mais contextualizada do sofrimento psicossocial e das mortes autoprovocadas no âmbito da Polícia Militar do Tocantins. A análise a partir da perspectiva dos próprios agentes pode oferecer subsídios relevantes para a identificação de dinâmicas organizacionais que, ao tensionarem a relação entre identidade profissional e experiência humana, impactam o bem-estar daqueles responsáveis pela proteção social.

Neste artigo, propõe-se um deslocamento analítico do enfoque quantitativo, privilegiado em investigação anterior vinculada ao mesmo projeto, para uma abordagem qualitativa centrada nas narrativas dos policiais militares. Trata-se de um estudo aplicado junto à Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), no qual um questionário estruturado – tradicionalmente voltado à coleta de dados objetivos – foi estrategicamente mobilizado também como dispositivo de escuta. A inclusão de questões abertas sobre experiências traumáticas e percepções acerca da trajetória profissional permitiu que os dados estatísticos fossem acompanhados por narrativas subjetivas, ampliando sua capacidade interpretativa. Essa abordagem metodológica conferiu ao instrumento um caráter de canal seguro e anônimo de expressão, por meio do qual emergem elementos como ressentimento institucional, percepções de humilhação e vivências traumáticas persistentes.

Assim, o estudo tem por objetivo analisar qualitativamente os discursos dos policiais militares participantes, produzidos em respostas a questões abertas incluídas em um questionário autoaplicável, elaborado para investigar saúde mental, sofrimento psíquico e percepções sobre o ambiente de trabalho na Polícia Militar do Tocantins (PMTO). Entre as perguntas do instrumento, destacam-se aquelas que convidavam os policiais a relatar, em texto livre, experiências marcantes de sofrimento, episódios de silenciamento institucional e situações de injustiça vivenciadas na corporação. A partir dessas narrativas, examina-se como aspectos da cultura organizacional e da gestão de pessoal se relacionam ao sofrimento psíquico e às dinâmicas de silenciamento no interior da corporação.

## **Metodologia**

### **Delineamento epistemológico e abordagem investigativa**

A presente investigação situa-se no campo da pesquisa aplicada de natureza exploratória-descritiva, adotando uma abordagem mista com ênfase qualitativa na interpretação dos dados. Rompendo com a dicotomia clássica entre objetividade e subjetividade, o estudo fundamenta-se na premissa de que as características do sofrimento psíquico em instituições totais – conceito formulado por Goffman (1961) para designar organizações marcadas por forte controle institucional e padronização das condutas – como a Polícia Militar, não podem ser plenamente compreendidas apenas por análises epidemiológicas ou por indicadores numéricos de frequência de sintomas.

O desenho metodológico foi construído para transitar do dado bruto (medidas de frequência e indicadores de sofrimento) para o significado vívido (experiências narradas de dor, silenciamento e injustiça). Para tanto, a pesquisa utilizou o método indutivo, partindo da observação de padrões particulares nas respostas dos participantes da pesquisa às questões abertas do questionário para inferir interpretações gerais sobre a cultura organizacional e o adoecimento psicológico na corporação policial.

### **O instrumento como dispositivo de escuta: articulação quanti-qualitativa**

O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário estruturado autoaplicável, composto por 30 questões e disponibilizado por meio da plataforma Google Forms, com o objetivo de garantir o anonimato dos participantes e mitigar o risco de represálias hierárquicas. O sistema

de escore adotado seguiu o modelo de escalas ordinais do tipo Likert modificada, amplamente utilizado em avaliações psicossociais, conforme proposto por Likert (1932) e recomendado por Pasquali (2017) na construção e análise de instrumentos psicométricos. A atribuição de escores numéricos possibilitou a mensuração de tendências individuais e grupais, bem como a realização de análises estatísticas descritivas e comparativas entre subgrupos da amostra.

Embora majoritariamente composto por itens de escala Likert modificada, voltados à mensuração da prevalência de ideação suicida e de estressores ocupacionais, o instrumento foi estrategicamente concebido para operar também como um canal de expressão subjetiva, incorporando questões abertas que permitiram aos participantes relatar suas experiências de forma livre. A potência analítica deste estudo reside justamente na integração metodológica entre as questões fechadas e os campos abertos, que possibilita articular indicadores psicométricos e narrativas subjetivas em um mesmo desenho de pesquisa. Especificamente, as questões nº 22 (“impacto de situações traumáticas”) e nº 30 (“sentimentos sobre a não progressão funcional”) atuaram como janelas de oportunidade para a narrativa subjetiva.

Essa articulação fortalece a robustez do estudo de duas maneiras:

1. Complementaridade: Enquanto os dados quantitativos dimensionam a extensão do sofrimento (o “quanto”), os depoimentos qualitativos revelam a natureza desse sofrimento (o “como” e o “porquê”), permitindo acessar uma dimensão simbólica da “honra retirada” e da “humilhação”.

2. Triangulação de Dados: A consistência entre os altos índices de sofrimento psicossocial mensurados (escores quantitativos) e a gravidade dos relatos verbais (conteúdo qualitativo) confere maior fidedignidade às respostas, demonstrando que o adoecimento não é apenas um artefato estatístico, mas uma realidade vivencial densa.

## Participantes e cenário da pesquisa

O universo da pesquisa foi constituído por policiais militares da ativa da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), lotados em unidades de policiamento e em estruturas administrativas da capital, Palmas. Para definição da população-alvo e aplicação do instrumento de coleta, realizou-se contato institucional com a Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP), responsável pelo controle e distribuição do efetivo da corporação. Foram incluídos policiais militares da ativa, independentemente da patente (praças ou oficiais), desde que em pleno exercício de suas funções e lotados nas seguintes unidades: Quartel do Comando Geral (QCG), 1º, 6º e 13º Batalhões da Polícia Militar (BPM), Comando de Policiamento da Capital (CPC) e Academia de Polícia Militar Tiradentes (APMT). Foram excluídos militares afastados por licenças, restrições funcionais ou questões de saúde. Conforme dados da DGP, com base no mapa de efetivo referente a maio de 2025, a população elegível totalizava 1.083 militares (DGP, 2025).

O cálculo amostral foi realizado por meio do software Raosoft®, adotando-se nível de confiança de 95%, margem de erro de 5% e proporção estimada de 70%, com correção para população finita, resultando em um tamanho mínimo de 249 participantes, tendo a amostra final sido composta por 250 policiais militares. A amostra apresentou predominância do sexo masculino (74,8%), faixa etária entre 40 e 49 (63,2%) anos e tempo de serviço superior a 11 anos (90,8%), configurando um grupo com expressiva experiência institucional. A inclusão exclusiva de policiais militares da ativa mostrou-se estratégica para apreender o sofrimento vivenciado no labor diário da organização, em contexto de submissão direta à hierarquia, à disciplina e às exigências operacionais vigentes.

## Procedimentos de tratamento e análise das narrativas

Para a análise do corpus textual oriundo das questões abertas, aplicou-se a análise de conteúdo temática de Bardin (2016), estruturada em três fases cronológicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

O processo analítico seguiu o seguinte fluxo:

1. Leitura Flutuante: Imersão nas respostas abertas para apreensão global dos sentidos e

identificação de recorrências temáticas.

2. **Categorização:** Os relatos foram fragmentados em unidades de registro e agrupados por analogia semântica. Na questão sobre trauma (Q22), emergiram categorias como “Revivescência do trauma”, “Impacto emocional persistente” e “Estrutura envolvente”. Na questão sobre carreira (Q30), cristalizaram-se núcleos de sentido como “Ressentimento institucional”, “Sentimento de injustiça” e “Humilhação/Perda da honra”.
3. **Inferência e interpretação:** as categorias foram interpretadas à luz de referenciais teóricos da psicodinâmica do trabalho e de estudos sobre suicídio e sofrimento psíquico no contexto policial, buscando conexões entre a fala individual e a dinâmica de adoecimento e das patologias organizacionais presentes na corporação.

Os trechos apresentados na seção de resultados foram editados apenas para correção gramatical ou supressão de detalhes que permitiriam identificar os participantes, mantendo a integridade do conteúdo emocional e semântico, conforme preceitos éticos de preservação do anonimato.

### Aspectos éticos

A pesquisa obedeceu rigorosamente às Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o parecer nº 7.266.704 (CAAE nº 83592624.7.0000.8023).

Considerando a sensibilidade do tema (suicídio e sofrimento psíquico), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado obrigatoriamente antes do acesso ao questionário. Mais do que uma formalidade legal, o desenho ético da pesquisa incluía um protocolo de proteção aos participantes: o instrumento continha orientações claras sobre onde buscar ajuda psicológica e psiquiátrica na rede pública e na corporação, explicitando a responsabilidade do pesquisador no manejo de memórias traumáticas evocadas pela participação no estudo.

### Resultados e discussão

#### Integração entre indicadores psicossociais e narrativas de sofrimento: fundamentos para a análise qualitativa

A análise das narrativas de sofrimento dos policiais militares do Estado do Tocantins é situada a partir da contextualização do cenário de saúde mental identificado na etapa quantitativa desta investigação. Em estudo anterior conduzido com a Polícia Militar do Tocantins, De Melo et al. (2025) delinearum um quadro marcado por expressiva discrepância entre diagnóstico formal e sofrimento subjetivo. A ausência de diagnóstico clínico formal em 72% dos participantes coexistiu com indicadores relevantes de sofrimento autorreferido, indicando um cenário de adoecimento psíquico parcialmente invisibilizado no contexto institucional.

Antes da interpretação das narrativas, torna-se necessário apresentar, de forma sintética, o perfil da amostra que compõe o universo de análise qualitativa, uma vez que características como tempo de serviço, faixa etária e tipo de atividade exercida influenciam diretamente a forma como o sofrimento é vivido e significado pelos participantes.

**Tabela 1.** Caracterização sociodemográfica e profissional da amostra (n = 250)

VARIÁVEL	CATEGORIAS — N (%)
Sexo	Masculino: 187 (74,8) / Feminino: 63 (25,2)
Idade (anos)	18–29: 12 (4,8) / 30–39: 43 (17,2) / 40–49: 158 (63,2) / 50–59: 37 (14,8)
Estado civil	Casado ou em união estável: 213 (85,2) / Solteiro: 21 (8,4) / Divorciado: 16 (6,4)

Filhos	Sim: 215 (86,0) / Não: 35 (14,0)
Tempo de serviço (anos)	Até 10: 23 (9,2) / 11–20: 92 (36,8) / 21 ou mais: 135 (54,0)
Frente de atuação	Operacional: 150 (60,0) / Administrativa: 100 (40,0)
Atividade física	Regular: 138 (55,2) / Esporádica: 101 (40,4) / Não pratica: 11 (4,4)
Lazer	Regular: 146 (58,4) / Raro: 98 (39,2) / Não possui: 6 (2,4)

**Fonte:** Adaptado de De Melo et al. (2025).

Observa-se que a amostra é composta predominantemente por policiais com longa trajetória institucional e inserção operacional, o que sugere exposição prolongada às exigências emocionais e organizacionais características da atividade policial militar. Esse perfil contribui para compreender por que as narrativas frequentemente associam sofrimento psíquico a processos acumulativos de desgaste laboral e reconhecimento profissional.

Para além das características sociodemográficas e profissionais, a compreensão do fenômeno investigado demanda observar também os indicadores psicossociais que contextualizam a experiência subjetiva desses policiais, apresentados na Tabela 2.

**Tabela 2.** Indicadores psicossociais e institucionais da amostra utilizados para contextualização da análise qualitativa

VARIÁVEL	CATEGORIA DE REFERÊNCIA	FREQUÊNCIA (%)
Diagnóstico de transtorno mental	Não	72,0
Sobrecarga emocional/desesperança	Às vezes	38,8
Pensamentos de morte ao longo da vida	Sim	59,6
Ideação suicida recente	Sim	8,4
Problemas financeiros	Ocasionais/frequentes	46,4
Conflitos conjugais/familiares	Ocasionais/frequentes	50,4
Transferências afetaram a saúde mental	Sim	41,6
Progressão/promoção afetou a saúde mental	Sim	50,8
Conforto para buscar ajuda institucional	Sim	38,0

**Fonte:** Adaptado de De Melo et al. (2025).

Os dados apresentados são retomados nesta seção exclusivamente como elementos contextuais para interpretação das narrativas, não configurando nova análise estatística. Embora os indicadores quantitativos permitam dimensionar a magnitude do sofrimento psicossocial, eles não são suficientes para captar os sentidos atribuídos pelos próprios policiais às experiências vividas, tornando necessária a análise qualitativa das narrativas apresentadas a seguir.

A dissonância entre o elevado conhecimento sobre os serviços de apoio disponíveis, identificado na etapa quantitativa (87,6%), e o baixo conforto relatado para acessá-los (38,0%) sugere a presença de barreiras simbólicas, culturais e organizacionais que dificultam a verbalização do sofrimento. Tal contexto de subnotificação e silenciamento quantificado oferece o pano de fundo a partir do qual se justifica o aprofundamento qualitativo proposto neste estudo, voltado à escuta das experiências narradas pelos próprios policiais.

Nesse sentido, a arquitetura metodológica da pesquisa foi concebida para incorporar a dimensão interpretativa. Embora o questionário estruturado, composto por 30 itens, tenha sido inicialmente elaborado para quantificar fatores associados ao sofrimento psicossocial, ele foi mobilizado também como dispositivo de escuta. A articulação entre escalas do tipo *Likert* e questões abertas permitiu integrar o “quanto” do sofrimento, captado pelos indicadores quantitativos, ao “como” e ao “porquê” expressos nas narrativas dos participantes, especialmente nas questões referentes a experiências traumáticas e percepções sobre a progressão na carreira.

Essa estratégia metodológica mostrou-se particularmente pertinente diante das especificidades da Polícia Militar, marcada por forte hierarquização e normativas disciplinares rígidas. Em contextos institucionais dessa natureza, a verbalização do sofrimento tende a ser inibida

nos canais formais, em razão do estigma associado à fragilidade psíquica.

O caráter anônimo do instrumento possibilitou relatos que conferem densidade existencial aos dados quantitativos. Esses relatos ajudam a compreender, por exemplo, as avaliações negativas acerca do apoio institucional e a centralidade do sentimento de injustiça nas experiências narradas pelos militares.

Desse modo, as narrativas não apenas complementam os indicadores previamente apresentados, mas constituem um eixo analítico essencial para compreender como o sofrimento é significado no cotidiano institucional, especialmente em dimensões relacionadas ao reconhecimento profissional, às dinâmicas organizacionais e à percepção de apoio institucional, aspectos que serão aprofundados na análise qualitativa apresentada na sequência.

## **Análise do dispositivo de escuta**

A partir desse contexto, marcado por tensionamentos entre reconhecimento institucional, sofrimento subjetivo e estratégias de silenciamento, passa a explorar as narrativas produzidas pelos policiais militares, buscando compreender como tais experiências são significadas e interpretadas no cotidiano profissional.

O dispositivo de escuta foi estabelecido em nove questões abertas, exigindo análise qualitativa para extração de categorias comuns entre os participantes.

A primeira questão indagava: “Você já teve ou tem problemas financeiros que impactam sua qualidade de vida?”. As respostas foram submetidas à análise de conteúdo do tipo categorial, segundo o modelo de Bardin, buscando identificar unidades de sentido recorrentes. Após leitura flutuante e codificação manual das falas, foram identificadas sete categorias principais:

- Impacto emocional;
- Estrutura inadequada;
- Trauma relacionado ao serviço;
- Problemas com a carreira;
- Impacto financeiro direto;
- Julgamento social;
- Ausência de impacto.

Cada resposta foi recodificada como variável dicotômica (Sim/Não), conforme a presença ou ausência de cada categoria no relato.

A última questão, por sua vez, perguntava: “Se você respondeu SIM na pergunta anterior, descreva brevemente como se sentiu ao não ter sua progressão funcional e/ou promoção reconhecida pela Corporação.” Aplicou-se o mesmo procedimento de análise qualitativa de conteúdo, com posterior categorização manual em cinco sentimentos predominantes:

- Tristeza;
- Sentimento de injustiça;
- Desmotivação;
- Sentimento de inferioridade;
- Ressentimento institucional.

Essas categorias também foram recodificadas em variáveis dicotômicas (Sim/Não), compondo variáveis fechadas para uso estatístico.

## **Progressão funcional, trauma e silenciamento institucional: narrativas de sofrimento psicossocial**

A análise da questão sobre problemas financeiros e impactos na qualidade de vida, voltada às experiências traumáticas no trabalho, evidenciou a persistência do sofrimento ao longo do tempo, com manifestações psíquicas e somáticas importantes:

A sobrecarga de trabalho, situação de estresse, ainda faço tratamento capilar, pois o meu cortisol alto demais, ocasionou queda de cabelo (Entrevistado nº 10).

A lembrança do acontecido que sempre vem à mente (Entrevistado nº 12).

Hoje tenho depressão recorrente, transtorno de ansiedade e já tive muitas tentativas de suicídio (Entrevistado nº 19).

Sempre que passo por alguma situação que me remeta àqueles momentos que considero traumáticos, minha mente retoma toda à ansiedade e angústia vivida, o que me deixa em estado de vulnerabilidade emocional por alguns dias até que eu me recomponha (Entrevistado nº 22).

Excesso de trabalho, tive um AVC (Entrevistado nº 41).

Um dos relatos mais extensos e graves descreve um acidente de trânsito diretamente associado à exaustão laboral e à negativa institucional de apoio, sendo apresentado de forma editada para evitar identificação do entrevistado:

Fui pedir ao Comandante (...) para que pudesse me transferir para um lugar mais perto da minha residência, pois a distância do trabalho e da minha residência era (...). Ele me respondeu que era problema meu e que me mudasse para (...). Falei que da forma que eu estava trabalhando, escala 12/24 e 12/72, minha família corria sério risco de me perder. Naquela mesma semana, tive um grave acidente de trânsito. Dormi na direção do meu veículo ao retornar para casa. (...) fiquei preso às ferragens e (...). Não recebi uma mensagem do Comandante (...) sobre aquele acidente. Às vezes, tenho pesadelos relembando aquele acidente (Entrevistado nº 43).

Outros participantes ressaltaram a ausência de sensibilidade institucional diante de demandas familiares e pessoais:

Impacta quando não há respeito por problemas familiares, colocam a instituição acima de nós e da família, minimizam questões sérias por achar que temos que estar sempre prontos para o serviço, independente do que estejamos passando na vida particular (Entrevistado nº 15).

Casos com características compatíveis com possível assédio moral, discriminação e desamparo institucional foram recorrentes, indicando um ambiente organizacional hostil à expressão do sofrimento:

Constrangimento e assédio moral de superior hierárquico (Entrevistado nº 27).

Me senti tão estressado, frustrado e decepcionado no serviço (...), que pensei em desistir em pedir baixa. Sai daquela (...) desejando nunca mais voltar. Lamentavelmente voltei para (...) e ninguém está nem aí e não vejo possibilidade de sair facilmente sem sofrer preconceitos (Entrevistado nº 31).

As falas também revelam forte estigmatização da saúde mental no ambiente institucional, com relatos de humilhação e ameaça velada diante da busca por tratamento psicológico ou psiquiátrico:

Fui muito humilhada por um superior, isso quase me levou à depressão, tive que passar por atendimento de psicólogos (Entrevistado nº 14).

Tantas. A última situação: foi questionada a minha saída, às 18h da (...) para dar continuidade a tratamento psiquiátrico. Sendo

insinuado que esse tratamento deveria ser impedimento para permanecer no (...). E sendo lembrado que nem tratamento desse tipo abona faltas, e que posso ser (...) legalmente pelo regulamento (Entrevistado nº 37).

Ser julgado e desacreditado quando precisei de ajuda psicológica da instituição (Entrevistado nº 49).

Por fim, relatos de perseguição e cerceamento da autonomia intelectual no início da carreira reforçam a presença de práticas coercitivas no interior da corporação:

No início da carreira policial militar, fui bastante perseguido e até ameaçado por um superior hierárquico por ele não aceitar que eu como soldado há época estivesse cursando faculdade e me expressasse (Entrevistado nº 46).

Esses depoimentos humanizam profissionais que, culturalmente, são instados a demonstrar força e invulnerabilidade o tempo todo, evidenciando que o sofrimento psicossocial dos policiais militares extrapola as exigências operacionais, estando associado a dinâmicas institucionais de silenciamento, negligência e violência simbólica (De Melo et al., 2025).

As respostas à questão que investigou se aspectos relacionados à progressão funcional e às promoções impactaram a saúde mental dos policiais militares – revelam que a carreira ocupa um lugar central na constituição da identidade e da dignidade desses profissionais. Para preservar o sigilo, as falas são identificadas por numeração simbólica, correspondente apenas à ordem de resposta. Entre os relatos, destaca-se pela gravidade e densidade simbólica o depoimento a seguir, que associa diretamente uma política institucional a desfechos extremos de sofrimento:

Tivemos o caso das despromoções onde é possível correlacionar o suicídio cometido como um dos gatilhos que ocasionaram a situação que é o caso de Arraias. Além disso temos casos de militares sob nosso comando que alegam depressão após a situação relatada. No meu caso é como se tivesse tirado a honra (Entrevistado nº 17).

Esse relato se sobressai por vincular explicitamente decisões administrativas – as despromoções – a episódios de suicídio e adoecimento coletivo, além de mobilizar o conceito de honra, elemento central do *ethos* militar. A fala ultrapassa o plano individual e assume caráter de denúncia institucional, evidenciando o impacto coletivo dessas práticas sobre a saúde mental da tropa.

Outros participantes relataram sentimentos recorrentes de desvalorização, invisibilidade e ausência de reconhecimento profissional, indicando que a percepção de injustiça institucional compromete a autoestima, a motivação e o vínculo com a corporação. Em diversos casos, o sofrimento assume contornos de humilhação pública e repercussão familiar:

Senti-me humilhado perante a família e colegas (Entrevistado nº 26).

Me senti extremamente desmotivado e desacreditado da seriedade e profissionalismo dos gestores da Instituição (Entrevistado nº 25).

Senti-me não sendo valorizado pelo trabalho realizado com dedicação. Com pensamentos de que as vezes que tem contatos políticos é mais privilegiado (Entrevistado nº 12).

Tal do capote ou peixada (Entrevistado nº 36).

Que meu trabalho não tinha valor, o importante era estar ao lado de alguém influente (Entrevistado nº 4).

Eu estava iniciando o trabalho e senti vontade de voltar pra casa e não retirar o serviço. Toda minha dedicação e compromisso foi pro lixo (Entrevistado nº 3).

As falas evidenciam que distorções nos processos de progressão funcional e promoção produzem sofrimento que extrapola a frustração profissional, alcançando dimensões morais, simbólicas e familiares. A percepção de favorecimento político, associada à ausência de critérios claros e previsíveis, emerge como elemento central na produção desse sofrimento.

Além do impacto subjetivo, os relatos apontam consequências materiais e familiares decorrentes da estagnação funcional e da instabilidade financeira associada:

Frustrado, vendo necessidades básicas de casa não sendo supridas, sendo que poderia ser atenuada com as devidas correções. Sendo necessário buscar outras formas de renda fora a já exercida, o que é muito difícil tendo em vista que o serviço policial restringi a atividade laboral em outros locais (Entrevistado nº 29).

As incertezas geradas pela falta de previsibilidade nas regras atinentes a ascensão na carreira gera esse aspecto de desconfiança e afetam a saúde mental dos profissionais policiais militares (Entrevistado nº 31).

Dentro de toda área de Trabalho todo profissional espera progredir de forma sequência. Quando a instituição nega um direito, ela transmite ao seu servidor a mensagem implícita da não valorização profissional, as vezes o servidor se sente apenas número dentro da instituição, afetando emocional e sócio familiar o policial (Entrevistado nº 32).

Situação de chegar à data de promoção e não ser promovido. Chegar a vez da progressão de letra é não receber (Entrevistado nº 36).

As narrativas revelam que a progressão funcional é percebida como um marcador de reconhecimento simbólico. Sua negação reiterada gera ressentimento institucional, quebra do pacto de lealdade e intensificação do sofrimento psicossocial.

### **O suicídio como violação do dever cívico: uma leitura aristotélica do contexto militar**

A discussão do suicídio no contexto militar remete às bases filosóficas que estruturaram a compreensão ocidental sobre dever, cidadania e morte. Aristóteles foi um dos primeiros pensadores a condenar o suicídio não apenas como decisão individual, mas como uma infração política. Na *Ética a Nicômaco*, o filósofo sustenta que aquele que tira a própria vida comete uma injustiça contra a pólis, pois priva a coletividade de seus serviços e rompe seus deveres cívicos (Durkheim, 2000).

Essa concepção permanece, de forma implícita, na cultura militar contemporânea. O policial militar, enquanto agente do Estado, é investido da função simbólica de “guardião da cidade”, tendo

sua vida funcional orientada para o interesse coletivo. Nesse horizonte ético, o suicídio tende a ser interpretado como deserção ou falha moral extrema no cumprimento do dever. Contudo, os achados desta pesquisa evidenciam um paradoxo estrutural: a instituição exige do policial a estoicidade de um sujeito sacrificial, mas falha em oferecer condições condignas de suporte humano e institucional.

Ao articular o pensamento aristotélico com os relatos recorrentes de “honra retirada” e “desamparo institucional”, observa-se que a violação do dever cívico parece anteceder o ato suicida. Ela se inicia quando o próprio Estado – a *pólis* – falha em proteger aquele que a defende. O sofrimento psicossocial do policial emerge, assim, não como patologia individual, mas como expressão de uma ruptura no contrato social entre a instituição e o sujeito. Exigir que o militar suporte o insuportável em nome do dever, sem acolhimento e reconhecimento, configura uma violência ética que pode conduzir, no limite, à morte voluntária como resposta extrema à dor (Aguilar, 2023).

### **Mecanismos de proteção: o papel da atividade física e do lazer**

A atividade física regular e o lazer foram os únicos fatores estatisticamente associados à redução do sofrimento psicossocial ( $p=0,04$ ;  $p=0,02$ ), indicando que essas práticas desempenham papel estruturante na preservação da saúde mental” (De Melo et al., 2025).

Esse resultado converge com achados que associam níveis mais elevados de atividade física a melhores indicadores de qualidade de vida entre policiais militares, reforçando que comportamentos relacionados ao cuidado corporal possuem repercussões diretas sobre o bem-estar e a saúde ocupacional desses profissionais (Silveira; Saint Martin; Porto, 2019).

No contexto militar, a atividade física atua como regulador neuroquímico e espaço de ressubjetivação, promovendo a liberação de endorfinas e serotonina, o que contrabalança os efeitos deletérios do cortisol cronicamente elevado, frequentemente relatado nos depoimentos de estresse ocupacional (Cordeiro, 2013; Mattos, Andrade e Luft, 2004). O lazer, por sua vez, opera como uma “válvula simbólica de descompressão”, permitindo ao policial suspender temporariamente a identidade fardada e reconectar-se com sua dimensão civil e afetiva.

Os resultados sugerem que policiais que conseguem estabelecer fronteiras entre o trabalho e a vida pessoal desenvolvem maior capacidade de enfrentamento emocional (De Melo et al., 2025). Em contrapartida, a supressão sistemática dessas práticas – decorrente de escalas exaustivas e convocações extraordinárias – deixa de ser mero problema administrativo e passa a constituir fator de risco direto para o adoecimento mental e a ideação suicida (Silva e Júnior, 2014; Pereira, Silva e Barbosa, 2022).

Nessa perspectiva, torna-se relevante considerar propostas que defendem a construção de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde e da qualidade de vida no ambiente policial, incluindo incentivo à prática regular de atividades físicas, avaliações periódicas e estímulo ao autocuidado como estratégias preventivas (Silveira; Saint Martin; Porto, 2019).

A partir das narrativas analisadas, observa-se que, quando o tempo para descanso, convivência familiar e cuidado de si é capturado pelas exigências institucionais, rompe-se uma fronteira fundamental de proteção psíquica, intensificando a sensação de exaustão e de vida reduzida ao serviço.

### **Considerações finais**

A presente investigação a propôs-se romper a superfície dos indicadores epidemiológicos para alcançar a dimensão subjetiva e vivencial do sofrimento na Polícia Militar do Tocantins. Ao analisar o questionário estruturado como dispositivo de escuta, o estudo permitiu que o silêncio institucional – muitas vezes confundido com disciplina – fosse atravessado por narrativas de angústia, ressentimento e desamparo. Os resultados indicam que, além da exposição ao risco letal inerente à profissão, existe uma “corrosão invisível” provocada por patologias de gestão e pela cultura do não-dito.

No plano teórico, este estudo demonstra que o risco de suicídio na corporação não pode

Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.13 n.04 - 2026

ser compreendido apenas pela ótica da psicopatologia individual, mas deve ser situado na esfera da psicodinâmica do trabalho. A análise qualitativa dos depoimentos permitiu reinterpretar a concepção aristotélica do suicídio como violação do dever cívico. Os relatos de “honra retirada” e humilhação sugerem uma inversão dessa lógica: na contemporaneidade da segurança pública, é a própria instituição (a pólis) que frequentemente viola o dever de proteção para com seu agente (o cidadão-fardado).

Do ponto de vista prático e interventivo, os achados exigem uma revisão institucional das políticas de atenção biopsicossocial aos policiais militares bem como a reestruturação da gestão de pessoas no tocante a carreira. Ficou evidente que a promoção da saúde mental não se restringe à contratação de psicólogos, mas passa, obrigatoriamente, pela transparência e previsibilidade nos processos de ascensão profissional. Se a estagnação na carreira é vivenciada como “perda de honra”, a regularização dos fluxos de promoção constitui uma medida de saúde pública preventiva.

Além disso, a identificação estatística da atividade física e do lazer como únicos fatores de proteção significativos ( $p < 0,05$ ) oferece um caminho pragmático para a intervenção. Recomenda-se a institucionalização de programas que integrem a prática esportiva à rotina de serviço não apenas como treinamento físico militar, mas como estratégia de desconpressão psicológica e regulação neuroquímica. Paralelamente, é imperativo implementar protocolos de liderança que combatam o estigma, visto que a barreira para o pedido de ajuda não é o desconhecimento do serviço (87,6% sabem onde buscar), mas o medo do julgamento (apenas 38% sentem-se confortáveis).

Reconhece-se que esta pesquisa apresenta limitações metodológicas. O recorte transversal oferece uma “fotografia” do momento, impedindo o estabelecimento de relações de causalidade direta que apenas estudos longitudinais poderiam confirmar. A concentração da amostra na capital e entorno, embora representativa do centro administrativo e operacional, pode não refletir integralmente as idiosincrasias do policiamento no interior do Estado, onde o isolamento geográfico e a escassez de recursos de saúde são mais acentuados. Além disso, o uso de um instrumento autoadministrado, ainda que desenhado especificamente para o contexto, captura a percepção subjetiva do respondente no momento da coleta, podendo ser influenciado por estados emocionais transitórios.

O campo aberto por esta investigação sugere caminhos férteis para novos estudos. As pesquisas futuras poderão adotar abordagens longitudinais para monitorar a eficácia das intervenções propostas (como o impacto da atividade física regular na redução das pontuações de sofrimento ao longo de 12 ou 24 meses). Seria igualmente importante realizar estudos qualitativos aprofundados, utilizando grupos focais ou entrevistas clínicas, para explorar a dinâmica do estigma entre pares e a experiência das famílias dos policiais, muitas vezes as primeiras a notar o silenciamento do agente. Por fim, recomenda-se a replicação deste modelo metodológico conjunto em outras forças de segurança (Polícia Civil, Penal e Bombeiros), de modo a obter uma compreensão comparada do sofrimento psíquico no ecossistema da segurança pública.

Em suma, este trabalho reafirma que, por trás da farda, existe uma humanidade que clama por reconhecimento. A escuta dessas narrativas não é apenas um procedimento de rigor científico, mas um imperativo ético para estancar a sangria silenciosa que acomete aqueles que juraram proteger a sociedade, mesmo com o sacrifício da própria vida.

## **Dedicatória**

Este trabalho é dedicado à memória de todos os militares que perderam a vida no cumprimento do dever, àqueles que, marcados por um sofrimento silencioso, morreram por suicídio, bem como aos que faleceram em decorrência de outras causas, como enfermidades súbitas, acidentes ou agravos relacionados às condições de vida e trabalho. Que suas trajetórias não sejam reduzidas a estatísticas ou silêncios institucionais, mas reconhecidas como expressões humanas de uma missão exercida sob condições extremas. Ao registrar suas experiências e ausências, esta pesquisa busca afirmar que cada vida importa e que compreender o sofrimento daqueles que protegem a sociedade é um imperativo ético, científico e coletivo.

*In memoriam.*

Aos policiais militares do Tocantins que tombaram em serviço ou em consequência do sofrimento psíquico, e às suas famílias.

*Ne obliviscantur!* (Que não sejam esquecidos!)

## Referências

18º ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança em números 2024**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>

AGUIAR, L. J. P. de. **O nó da nossa solidão: uma análise sobre suicídio no Brasil**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, 2023.

BALESTRERI, R. B. **Direitos humanos: coisa de polícia**. CAPEC, Centro de Assessoramento a Programas de Educação para a Cidadania, 2003.

CAPPELLI, Paulo. Anuário: suicídio de policiais supera mortes em confronto. **Metrópoles**, Brasília. Coluna Paulo Cappelli.

CAVALCANTI, L. B. M. **Sangue na farda: Segurança pública, violência e sujeição policial militar**. Editora Kelps, 2021.

CORDEIRO, D. **Relação entre Atividade Física, Depressão, Autoestima e Satisfação com a Vida**. Mestrado em atividades físicas em populações especiais. Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Rio Maior, Portugal, 2013.

COUTO, F. A construção da identidade policial militar: disciplina, controle e subjetividade. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 34–51, 2016.

DE MELO, D. A. M., BARBOSA, W. G., DE CASTRO, D. T., CAMPOS, S. L., CAMPOS, A. L., DE PAULA NEVES, R., FERNANDES, A. A Gestão pública em saúde mental: análise dos fatores associados ao sofrimento psicossocial e a ideação suicida em policiais militares. **Revista Delos**, v. 18, n. 74, e7716-e7716, 2025.

DGP. Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Tocantins. Mapa de efetivo – maio de 2025. Palmas: Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Tocantins, 2025. Documento interno.

DURKHEIM, É. **O suicídio: estudo de sociologia**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOFFMAN, **Erving. Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates**. New York: Anchor Books, 1961.

GONZÁLES, R. M. B., BECK, C. L. C., DONADUZZI, J. C., STEKEL, L. M. C. O estado de alerta: um exploratório com o corpo de bombeiros. **Escola Anna Nery**, v. 10, p. 370-377, 2006.

MATTOS, A. S., ANDRADE, A., LUFT, C. DI B. A contribuição da atividade física no tratamento da depressão. Laboratório de Psicologia do Esporte e do Exercício. LAPE da Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Digital**, Ano 10 - N° 79. Buenos Aires, 2004.

PASQUALI, L. **Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação**. Editora Vozes Limitada, 2017.

PEREIRA, C. G. S., SILVA, F. J. B. da., BARBOSA, W. G. Aptidão cardiorrespiratória e composição

corporal dos policiais militares do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado do Tocantins. **Revista Interdisciplinar Brasileira de Saúde Policial (RIBSP)**, v. 5, n. 13, p. 120 a 132, 2022.

SAMICO, F. C., JORGE, M. A. C. Do trauma à possibilidade de uma narrativa: notas sobre a psicanálise em um Batalhão de Polícia Militar. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 21, n. 3, p. 568-588, 2018.

SILVA, RF; JÚNIOR, JAB Atividade física, lazer e resiliência entre militares. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 130, pág. 72–80, 2014.

SILVEIRA, Wélere Gomes Barbosa; SAINT MARTIN, Daniel; PORTO, Luiz Guilherme Grossi. Nível de atividade física e qualidade de vida de policiais. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v. 8, n. 3, p. 138-156, jul./dez. 2019.

SOUZA, E. R. DE., MINAYO, M. C. DE S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 917-928, 2005.

Recebido em 17 de fevereiro de 2026

Aceito em 7 de abril de 2026